

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no
campo: os projetos de desenvolvimento sustentável em
assentamentos rurais no Estado de São Paulo.

José Prado Alves Filho

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Ambiental

Orientador: Prof.^a Dr.^a Helena Ribeiro

São Paulo

2012

Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no
campo: os projetos de desenvolvimento sustentável em
assentamentos rurais no Estado de São Paulo.

José Prado Alves Filho

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Ambiental

Orientador: Prof.^a Dr.^a Helena Ribeiro

São Paulo

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Aos meus pais, Maria Inês e José (*in memoriam*);
À minha esposa Éva;
Aos meus filhos, Mariana e José Neto e minha nora Tathiana;
fontes de inspiração, amor, carinho e alegrias,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gosto de pensar neste trabalho, ao qual dediquei alguns anos de vida, na forma como um famoso dicionarista definiu o termo "trabalho", expressando a seguinte ideia: "o fruto da aplicação de forças e faculdades humanas". Não de um só agente, mas de um grande coletivo, dinâmico e incomensurável, ao qual, às vezes me sinto integrado, às vezes me vejo na ilusão da distância, mas que, a rigor, está, invariavelmente, a nos envolver nesta trajetória da vida.

Amizade, inspiração, exemplo, compreensão, apoio, paciência, confiança, e umas tantas outras doses de qualidades humanas moldaram, sem dúvidas, o alicerce que propiciou a transposição desta jornada. Foram muitas as pessoas portadoras destas qualidades e que as "aplicaram", generosamente, nesta construção. A todas elas meu profundo agradecimento.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Helena Ribeiro, pela confiança em minha capacidade de ação e por oferecer o fundamental apoio traduzido na aceitação da orientação e, posteriormente, na competência, experiência e paciência, propiciando a superação de obstáculos antes vistos por mim como intransponíveis, na cegueira situacional das crises do aprendizado.

Aos Professores Doutores Adelaide Cássia Nardocci e Eduardo Garcia Garcia que me acompanharam nos primeiros passos desta construção, agregando colaborações fundamentais para qualificar o projeto de pesquisa como instrumento eficaz para o estudo proposto.

Aos Professores Doutores Marcia Faria Westphal e Carlos Machado de Freitas, os quais juntamente com Adelaide Nardocci e Eduardo Garcia compuseram a Comissão julgadora desta tese, pela atenção que dedicaram na leitura da minuta deste trabalho e pelas significativas e valiosas contribuições agregadas nesta versão final.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, pelo acolhimento, apoio e por ajudarem a compor esse incrível ambiente de aprendizado, pesquisa e promoção da experiência do saber qualificado e finalístico.

À FUNDACENTRO, pela oportunidade e incentivo institucional, apoiando minha disponibilidade para dedicação ao curso de pós-graduação.

À Éva Andréa Acél, pela fundamental colaboração no acompanhamento dos trabalhos de campo, exercendo apoio crucial para a realização das oficinas nos assentamentos estudados.

À minha família, pelo apoio, interesse, incentivo, compreensão e paciência ao longo de mais esta jornada de minha vida profissional.

E, sobretudo, às famílias dos agricultores, assentados nos projetos de reforma agrária participantes do estudo, pela generosa disponibilidade, colaboração e envolvimento na realização do trabalho. A todos minha profunda gratidão e consideração.

(...)

*For always roaming with a hungry heart
Much have I seen and known; cities of men
And manners, climates, councils, governments,
Myself not least, but honoured of them all;
And drunk delight of battle with my peers;
Far on the ringing plains of windy Troy.*

*I am a part of all that I have met;
Yet all experience is an arch wherethrough
Gleams that untravelled world, whose margin fades
For ever and for ever when I move.*

*How dull it is to pause, to make an end,
To rust unburnished, not to shine in use!
As though to breathe were life. Life piled on life
Were all too little, and of one to me
Little remains: but every hour is saved*

(...)

*Tho' much is taken, much abides; and though
We are not now that strength which in old days
Moved earth and heaven; that which we are, we are;
One equal temper of heroic hearts,
Made weak by time and fate, but strong in will
To strive, to seek, to find, and not to yield.*

Trecho do poema "Ulysses", de Alfred Tennyson (1809 - 1892).

RESUMO

ALVES FILHO, J. P. **Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no campo: os projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo**. 2012. 243 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Introdução - No Brasil, o contexto de algumas iniciativas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável se mostra dissociado de um olhar sobre a saúde pública. A provável “invisibilidade” das inter-relações envolvendo as formas de intervenção nos ambientes naturais, os processos produtivos, a organização social e as questões de saúde, pode ser parte da explicação a ausência de uma visão integral.

Objetivo - compreender como são percebidas as inter-relações entre os aspectos de saúde ambiental e os modos de vida, por parte de populações de assentados rurais que constituem alvo de políticas públicas inspiradas em princípios baseados no conceito de desenvolvimento sustentável. **Método** - Pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso explanatório e descritivo, abordando os “Projetos de Desenvolvimento Sustentável” em assentamentos rurais das regiões central e nordeste do Estado de São Paulo e desenvolvida mediante: a) oficinas de trabalho com atores, envolvendo os participantes dos projetos de assentamentos, discutindo aspectos sobre saneamento básico, manejo de resíduos e uso de agrotóxicos, dentre outros aspectos envolvendo a saúde ambiental, e b) entrevista semi estruturada, realizada junto a mediador de interlocução da organização social nos assentamentos. O trabalho de coleta de informações foi iniciado após prévia aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa **Resultados** - Há um grande distanciamento entre o discurso propositivo de algumas políticas públicas inspiradas nos princípios da sustentabilidade e a realização objetiva de sua prática, sobretudo na incorporação da dimensão dos aspectos de saúde pública. Todavia, no caso dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo, tal dissociação não se manifesta no âmbito de percepção dos sujeitos, público-alvo de tais projetos. Para estes a construção de um modo de vida sustentável não pode prescindir da atenção primária aos aspectos de saúde ambiental como fator de desenvolvimento humano.

Descritores: Desenvolvimento Sustentável; Saúde das Populações Rurais; Assentamentos Rurais; Políticas Públicas

ABSTRACT

ALVES FILHO, J. P. **Dinâmicas dos modos de vida e saúde ambiental no campo: os de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo/** Dynamics of the livelihoods and environmental health in rural areas: sustainable development projects in rural settlements of São Paulo State. 2012. 243 p. Thesis (Ph.D. Thesis). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Introduction - In Brazil, the context of some public policies designed under the paradigm of sustainable rural development appears dissociated from a look at public health. The probable "invisibility" of the interrelationships involving the forms of intervention in natural environments, productive process, social organization and health issues, may be a partial explanation for the lack of a more comprehensive and integrated approach. **Objective** - This study aimed to investigate how settlers involved in new experiences of rural settlements policymaking inspired on the concept of sustainable rural development perceives the relationships between lifestyles and environmental health issues in rural areas. **Methods** - Qualitative research based on an explanatory and descriptive case study, approaching the "Sustainable Development Projects" in rural settlements of central and northeastern São Paulo State. Information collected by: a) focus groups workshops involving participants of the settlement projects, discussing aspects of sanitation, waste management and use of pesticides, among other matters involving environmental health, and b) semi-structured interview with open questions, conducted with mediator on social organization in the settlements. Procedures developed after the Ethics Research Committee approval. **Results** - There is a large distance between the discursive content of policies concerned with sustainable development, as in the case of the sustainable development projects in rural settlements in the State of São Paulo, and the practice action of their purpose, particularly in the incorporation of issues related with public health. However, this dissociation does not manifest itself in the perception of the settlers involved in a such projects. For them the construction of a sustainable lifestyle cannot ignore the central role of primary attention on aspects of public health as a fundamental factor for human development.

Descriptors: Sustainable Development; Rural Health; Rural Settlements; Public Policies

APRESENTAÇÃO

Dentre as diversas atividades exercidas pela humanidade a agricultura exerce papel primordial. Tal importância se manifesta especialmente pela óbvia centralidade da questão que envolve a produção de alimentos limpos, saudáveis, suficientes e acessíveis para as camadas crescentes da população mundial, por seu papel potencial como atividade geradora de emprego e renda e, ainda, por razão das consideráveis interfaces existentes entre as atividades agrícolas e as mais emergentes questões ambientais dos nossos dias.

Os avanços na produção agropecuária mundial nos últimos 50 anos são facilmente observáveis. Tal quadro de evolução pode ser explicado em parte pela expansão da base de produção, e também pelo incrível aumento na produtividade, fortemente influenciada pelas inovações tecnológicas trazidas à agricultura, em especial com a motomecanização, a química agrícola, a genética e as tecnologias da informação.

Tal processo de evolução é fruto de uma longa jornada histórica de enfrentamento aos desafios colocados ao conhecimento humano, em diversos ciclos civilizatórios, na busca de soluções para o suprimento de alimentos e insumos para as parcelas crescentes dos aglomerados humanos.

Como exemplo, tomado na escala de tempo do período de transição entre as sociedades feudais e a era pré-industrial, se constata que ao longo de trezentos anos, entre os séculos XVI e XIX os países temperados duplicaram sua produtividade agrícola, acompanhando o sucesso da primeira revolução industrial. Tal escalada produtiva esteve baseada na substituição do alqueive por pastagens artificiais, no incremento das práticas de mondas e no aumento dos rebanhos, caracterizando um movimento denominado como "primeira revolução agrícola" (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Ao final do século XIX e início do século XX, com o desenvolvimento da indústria de máquinas, equipamentos mecânicos e novos meios de transporte aplicados à agricultura, um novo patamar produtivo passa a ser alcançado, corroborado por novas possibilidades técnicas decorrentes da segunda revolução industrial: a motorização e a grande mecanização. Tais avanços da motomecanização aliados aos processos de quimificação (uso de adubos minerais e produtos químicos para tratamentos sanitários vegetais e animais), de melhoramento genético vegetal e animal, de especialização produtiva dos estabelecimentos agrícolas (a partir do estabelecimento de cadeias industriais a montante - indústrias extrativas, mecânicas e químicas - e a jusante - indústrias de armazenamento, transformação e comercialização - das atividades agrícolas) e, ainda, da crescente divisão horizontal (inter-regional) e vertical (entre produção agrícola e atividades a montante e a jusante) do trabalho, resultaram na imensa mutação dos sistemas agrícolas até então praticados, caracterizando um movimento posteriormente denominado como a "segunda revolução agrícola" (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Alterações significativas experimentadas pela estrutura agrícola em todo o mundo, ao longo do século XX, levaram a profundas modificações nas relações de produção, na base técnica adotada e na gestão dos recursos naturais: Ao lado desse processo de avanço observa-se também o incremento de problemas decorrentes do modelo hegemônico de agricultura concebido na matriz da "segunda revolução agrícola".

Decuplicando a produção e quintuplicando a produtividade do trabalho, esse novo sistema agrícola e alimentar - composto por subsistemas especializados, que exploravam materiais biológicos selecionados, conforme as exigências - se mostrou capaz de alimentar de maneira pletórica toda uma população em que apenas uma ínfima fração deve ainda se dedicar às tarefas agrícolas. (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Entretanto, tais alterações começaram a manifestar suas limitações traduzidas por crises surgidas de problemas ligados às esferas econômicas, sociais e, notadamente, ambientais:

No entanto, os maiores triunfos, quando mal dominados, acabam sempre em excessos. A agricultura moderna será perigosa, como foram todas as novas agriculturas que a antecederam, enquanto o uso de novos meios e novos métodos de produção não forem confirmados para evitar os abusos e inconvenientes. (...) O excessivo desconhecimento e o menosprezo pelo passado, a demasiada pressa e a presunção inovadoras, a excessiva produtividade puramente quantitativa, as pouquíssimas precauções humanas, ecológicas e qualitativas conduzem, forçosamente, a longo prazo, à enorme concentração das atividades de cultivo e de criação, ao excessivo esvaziamento de várias regiões, gerando expressivo êxodo e desemprego (...). (MAZOYER e ROUDART, 2010)

Mesmo ao início desse processo de concepção e prática de um novo modelo de sistema agrícola (altamente baseado em tecnologias nas áreas de motomecanização, química e genética) e ainda antes do movimento de expansão desse modelo aos países periféricos em relação aos centros desenvolvidos (movimento denominado como Revolução Verdeⁱ), alguns pesquisadores e estudiosos das questões envolvendo agricultura e ambiente já alertavam para as consequências indesejáveis desse novo modelo. Um exemplo disso foi o alerta que fez Sir Albert Howard, em seu interessante estudo desenvolvido na década de 1930, o qual culminou na publicação de destacado livro nomeado sugestivamente como "*Um testamento agrícola*"ⁱⁱ. Em seu estudo Sir Howard previu a inviabilidade de qualquer sistema agrícola que não tomasse em consideração, com a importância devida, o papel fundamental dos processos biológicos na manutenção da fertilidade dos solos, preconizando assim um olhar holístico para o processo de produção agrícola, contribuindo para o estabelecimento dos primeiros alicerces de uma ainda incipiente busca de mudança de paradigma na pesquisa e prática agrícola de sua época.

ⁱ A partir da década de 1950, o modelo da chamada "segunda revolução agrícola" transcende os limites dos países desenvolvidos e passa a ser amplamente difundido nos países então considerados subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Tal expansão ocorre na forma da difusão técnica, seguindo os moldes dos serviços do sistema de extensão rural dos EUA, fomentando a aplicação de "pacotes tecnológicos" que preconizavam o uso de sementes modificadas pelas técnicas de melhoramento genético e hibridação, tecnologias estas que, por sua vez, foram desenvolvidas partindo-se de pressupostos e contextos tecnológicos complementares e indispensáveis - a motomecanização e a química agrícola -, de forma a possibilitar a completa expressão dos benefícios de produtividade previstos pelo "pacote tecnológico" (MAZOYER e ROUDART, 2010). No caso brasileiro, a escolha do modelo de modernização da agricultura seguindo os preceitos da "Revolução Verde" foi resultante da consolidação prática da disputa política em torno das discussões sobre os rumos do desenvolvimento econômico do país.

ⁱⁱ Publicação original intitulada "*An Agricultural Testament*" (Oxford University Press, London, 1943). Edição brasileira publicada em 2007 (HOWARD, A. S. *Um testamento agrícola*. Tradução de E. L. Jesus. São Paulo: Expressão Popular, 2007).

Tomando-se esse contexto de evoluções e contradições é possível observar que, em conjunto com as discussões mais amplas sobre os rumos do desenvolvimento socioeconômico nos mais variados setores das atividades humanas, também na agricultura o conceito de sustentabilidade encontra terreno fértil de iniciativas na busca de sua aplicação, na tentativa de superação dos constrangimentos impostos pelo modelo atual do sistema agrícola hegemônico e suas limitações.

Para alguns autores a ideia de sustentabilidade associada às questões de crescimento ou desenvolvimento econômico seria apenas uma extensão de um conceito que já vinha sendo construído em torno dos estudos da atividade agrícola. *“Tudo indica que o lançamento da expressão desenvolvimento sustentável tenha tido como fonte de inspiração a noção de agricultura sustentável, pois esta já contava com alguma tradição nos debates dos agrônomos e dos agroeconomistas”* (EHLERS, 1996: 125).

No Brasil, algumas iniciativas recentes têm sido direcionadas no sentido da construção de políticas públicas concebidas sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável.

Especificamente no contexto das políticas de reforma agrária se observa um grande esforço comunicação institucional dando notícias sobre a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável associados às políticas de assentamentos rurais no território nacional.

Entretanto, como exemplo do que ocorre com grande parte das iniciativas e das políticas públicas inspiradas nos preceitos da sustentabilidade, nem sempre a questão da saúde encontra-se explicitada como um dos focos centrais dos diagnósticos, das avaliações e das intervenções geradas por políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Da mesma forma, verifica-se que, por grande parte dos formuladores de políticas públicas, dos integrantes das redes sociotécnicas participantes das etapas de implantações e, ainda, dos atores sociais que constituem as populações-alvo de tais políticas, ainda é incipiente e restrita a percepção quanto aos efeitos e impactos

(positivos ou negativos) dos modos de produção agrícola na perspectiva da saúde ambiental das populações do campo.

Assim, a pergunta geral que orientou o presente trabalho investigativo dirigiu-se a buscar explicitar como são entendidas as inter-relações entre os aspectos de saúde ambiental e os modos de vida no campo, no âmbito do público-alvo que contribui na formulação e na prática de políticas que visam o desenvolvimento rural sustentável.

Como resposta provisória ao problema formulado partiu-se da hipótese de que haveria certa "invisibilidade" das inter-relações entre mudanças nos modos de vida, promovidas sob o paradigma de sustentabilidade, e os aspectos de saúde ambiental e qualidade de vida das populações envolvidas, por parte dos diversos atores sociais dedicados às práticas de formulação e implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

De forma geral, os passos metodológicos adotados para a consecução desta pesquisa foram constituídos por duas etapas de realização, buscando-se, inicialmente, o desenvolvimento de uma reflexão teórica sobre alguns fundamentos que norteiam a construção de abordagens integradas sobre agricultura, saúde e ambiente (capítulo 4); os aspectos desafiantes da construção conceitual da noção de desenvolvimento sustentável (capítulo 5); e, ainda, a discussão sobre a noção de agricultura sustentável no contexto do reconhecimento do termo como parte de uma questão agrária atual e relevante (capítulo 6). Posteriormente, um segundo passo metodológico foi desenvolvido na direção de um trabalho de pesquisa empírica, visando o estudo de caso explanatório sobre a trajetória geral dos assentamentos rurais no Brasil e, em especial, o caso de alguns assentamentos denominados como Projetos de Desenvolvimento Sustentável (assentamentos PDS) no Estado de São Paulo; desenvolvendo ainda um estudo empírico de caráter participativo, buscando o entendimento sobre a percepção dos impactos e efeitos que podem ser apropriados ao quadro de saúde das populações que são alvo de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável (capítulo 7). As conclusões sobre os aspectos identificados no estudo são apresentados ao final do trabalho (capítulo 8).

CONCLUSÕES

O caso dos projetos de desenvolvimento rural em assentamentos rurais do estado de São Paulo, investigados neste estudo, em um contexto, que se pretendeu aqui, inserido nos âmbitos maiores do ecossistema humano envolvido, representa um exemplo de como ainda há uma grande caminhada para superar o distanciamento existente entre os discursos e enunciados das políticas públicas inspiradas nos princípios da sustentabilidade e a realização objetiva de sua prática, sobretudo na incorporação da dimensão dos aspectos de saúde pública, os quais seguem permeados por certa "invisibilidade".

A contrapartida prática e fidedigna da retórica de uso da noção de desenvolvimento sustentável como vetor de inspiração para a concepção e implantação de políticas públicas nos assentamentos rurais no Estado de São Paulo escolhido para o estudo, não resiste ao mais breve exame sobre as condições reais de vida e trabalho das populações de assentados envolvidos em tais projetos.

Mesmo tendo em conta a complexa gama de relações e interlocuções sociais que são parte constante das arenas de negociações e construções das políticas agrárias no país, em geral, ao se constatar que as mais elementares condições de saneamento básico são colocadas pelo poder público, como passos graduais de conquista das condições de aprimoramento dos assentamentos humanos, em resposta às legítimas demandas sociais por trabalho, terra e moradia com saúde e qualidade de vida, se constata que também aqui ocorre a manifestação de múltiplas dimensões de invisibilidade: por um lado há um forte componente estrutural, construído histórica e socialmente, que definem a timidez dos investimentos de recursos para as políticas de reforma agrária no país e a fragilidade do quadro estrutural organizacional do poder público nesta área; de outro lado há também fortes componentes simbólicos ligados à concepção dos proponentes e executores das políticas de "desenvolvimento sustentável" dos assentamentos estudados, demonstrando um forte reducionismo do conceito de "ambiente", ou de "recuperação ambiental", onde o que é visível diz respeito, basicamente, aos fatores bióticos e abióticos do contexto físico dos

assentamentos rurais, dissociados da situação real do componente antrópico que compõe aquele contexto.

A carência estrutural, técnica e assistencial do poder público responsável pela implantação e gestão das políticas públicas dos assentamentos estudados, captadas pelas observações e depoimentos colhidos ao longo do estudo de caso e das oficinas de trabalho participativo com os assentados, puderam ser identificadas de forma quase indistinta, tanto nos assentamentos tradicionais, denominados como PA (Projeto de Assentamento), com nos assentamentos da modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável).

Tanto no caso dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável em assentamentos rurais no Estado de São Paulo, como nos assentamentos tradicionais estudados a dissociação observada entre o discurso oficial da política pública dos PDS's e a realidade concreta das condições de sustentabilidade e da saúde ambiental dos assentamentos não se manifesta no âmbito de percepção dos sujeitos, público-alvo de tais projetos. Para estes a construção de um modo de vida sustentável não pode prescindir da atenção primária aos aspectos de saúde ambiental, entendidos e demandados como fatores essenciais de desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Ed.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p.94-104.
- ALVES FILHO, J. P. **Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 1995.
- ANYAEGBUNAM, C. et al. **Manual diagnostic participativo de comunicación rural: comenzando com la gente**. 2. ed. Roma: FAO, 2008.
- ARAÚJO, F. C. **Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros**. 2006. 242 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF. Disponível em: <<http://164.41.2.88/siacad/formados.cfm>> . Acesso em: 24 de nov. 2010.
- AUCÉLIO, P. Q. et al. **Saúde dos trabalhadores rurais de assentamentos e acampamentos de reforma agrária**. Universidade de Brasília, Centro de Estudos de Saúde Pública, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).
- BEUS, C. E.; DUNLAP, R. E. Conventional versus Alternative Agriculture: The Paradigmatic Roots of the Debate. **Rural Sociology**, v. 55, n. 4, p. 590-616, Winter90 1990. ISSN 00360112. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=sih&AN=13048528&lang=pt-br&site=ehost-live>> Acesso em: 13 jun. 2010.
- BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do império. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm> Acesso em: 20 abr. 2008.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em 20 abr. 2008.
- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996a. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de jul. 1996. p.11854-11856.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres

humanos - Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996b. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 12 fev. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. CONAMA. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 16 de mai. de 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. CONAMA. Resolução CONAMA nº 289, de 25 de outubro de 2001. Estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=286>>. Acesso em: 16 de mai. de 2009.

BRASIL. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. MDA/INCRA. Brasília 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Seminário Nacional de Reforma Agrária. Resultados. Brasília, DF. 2005. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/46_07112008105917.pdf> Acesso em: 16 de mai. de 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. p.1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. CONAMA. Resolução CONAMA nº 387, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=525>>. Acesso em: 16 de mai. de 2009.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2010.** Brasília, DF, v.19, p. 1-868. 2010. Disponível em: < http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_111202-105619-646.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2011.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARSON, R. **Silent Spring.** London: Penguin Books, 1999

CARVALHO, D. L. A pesquisa-ação participativa como proposta para a promoção da conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida em comunidades rurais das microbacias hidrográficas na região do Alto Rio Almada: um

estudo de caso. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Cruz Alta/RS, v. 1, n. 1, p. 217-221, 2006. Disponível em: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/5867/4187> >. Acesso em: 05 jul. 2008

CECHIN, A. D. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac, 2010.

CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. O fundamento central da Economia Ecológica. In: MAY, P. (Ed.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010. p.33-48.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSTANZA, R.; DALY, H. E.; BARTHOLOMEW, J. A. Goals, agenda, and policy recommendations for ecological economics. **Ecological Economics: The Science And Management Of Sustainability**, New York, p. 1-20, 1991. Disponível em: < <http://brownrecluse.uvm.edu/giee/publications/Costanza,%20Daly,%20Barth%201991.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2007.

COOK, M. G. **LISA: Current Status and Future Outlook**. Raleigh: The North Carolina Agricultural Extension Service, 1990. Disponível em: < <http://naldc.nal.usda.gov/download/IND20390284/PDF> >. Acesso em: 13 jun. 2010.

CORTEZ, C.; EMMANUELA, K. **Novas formas de assentamentos: a experiência da comuna da terra**. Brasília: CONCRAB/INCRA, 2004. (Caderno de Cooperação Agrícola Nº 15).

EARTH Summit 2012. p. Developed by the Stakeholder Forum as an information hub to provide updates, background information and analysis towards Rio+20. Disponível em: < <http://www.earthsummit2012.org/beta/sustainable-development-timeline> >. Acesso em: 26 nov. 2011.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAO. - Food and Agriculture Organization of United Nations - Participation Website. Developed by the FAO - Informal Working Group on Participatory Approaches and Methods to Support Sustainable Livelihoods and Food Security (IWG-PA), 1999. Disponível em: < <http://www.fao.org/Participation/default.htm> >. Acesso em: 26 mar. 2008.

FORGET, G. ; LEBEL, J. An ecosystem approach to human health. **International Journal of Occupational and Environmental Health**, Attleboro/MA, v. 7, n. 2, p. 3-38, 2001.

- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREITAS, C. M. et al. Ecosystem approaches and health in Latin America. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 283-296, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200004&nrm=iso >. Acesso em: 23 mar. 2008.
- FURTADO, C. A Estrutura Agrária no Subdesenvolvimento Brasileiro. In: _____. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GIRARDI, E. P. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, v. 8, p. 73-98, 2008. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/8/Texto5_girardi.pdf >. Acesso em: 12 dez. 2008.
- GODARD, O. Environment, modes de coordination et systèmes de légitimité: analyse de la catégorie de patrimoine naturel. **Revue économique**, Paris, v. 41, n. 2, p. 215-242, 1990. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reco_0035-2764_1990_num_41_2_409208 >. Acesso em: 20 mar. 2008
- GOMES, R. et al. Os homens não vêm! Ausência e/ou invisibilidade masculina na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 983-992, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700030&nrm=iso >. Acesso em: 07 mai 2012.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, 1997. Disponível em: < <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v14/cc14n303.pdf> >. Acesso em: 19 jan 2008.
- HOWARD, A. S. **Um testamento agrícola**. Tradução de Prof. Eli Lino de Jesus. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- IBGE. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro 2006.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 09 de ago. 2007.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999. Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento

- Sustentável - PDS. Brasília, DF. 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao--/atos-internos/portarias/file/87-portariaincra-477-04111999>>. Acesso em: 02 fev. 2008.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 1032, de 25 de outubro de 2000. Aprova a Metodologia para Implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF. 2000. Disponível em:<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=107&data=26/10/2000>>. Acesso em: 02 fev. 2008.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 215, de 06 de janeiro de 2006. Aprova os procedimentos metodológicos para a criação e execução de Projetos de Assentamento Florestal. Brasília, DF. 2006. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao--/atos-internos/portarias/file/45-portaria-n-215-de-07062006>>. Acesso em 02 de fev. 2008.
- _____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 18 set 2008.
- _____. Norma de execução/INCRA/DT/Nº 69, de 12 de março de 2008. Dispõe sobre o processo de criação e de reconhecimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária. Brasília, DF. 2008b. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao--/atos-internos/normas-de-execucao/file/345-norma-de-execucao-n-69-12032008?start=20>>. Acesso em: 12 jul. 2011.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Plano de Ação Ambiental do INCRA. Brasília, DF. 2008c. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/phocadownload/reforma_agraria/projetos_e_programas/gestao_ambiental/plano_acao_ambiental_v11dez2008.pdf>. Acesso em: 16 de mai. 2009.
- _____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Relatório de Gestão 2010 SR08 SP. São Paulo, SP. 2011a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/file/704-relatorio-de-gestao-2010-sr08-sp?start=20>>. Acesso em: 13 de mai. 2011.
- _____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Licenciamento: Incra cumpre decisão do TCU e avança na questão ambiental. Brasília, DF. 2011b. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/estrutura/diretorias/obtencao-de-terras-e-implantacao-de-projetos-de-assentamento>>. Acesso em: 18 dez. 2011.
- _____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Brasília, 2012a. Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 22 fev 2012.

_____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA): lista única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios/sr08_sp.pdf>. Acesso em: 22 fev 2012.

JULIO, J. E. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. São Paulo: INCRA, 2006.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 5-16, set./dez. 1993.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

LEROY, J. P. Debatendo o capítulo ambiente, espaço, território e o campo da saúde: a agricultura. In: MINAYO, M. C. S. e MIRANDA, A. C. (Ed.). **(Org.). Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de C. F. F. B. Ferreira. São Paulo: UNESP/Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional dos Seringueiros. **Metodologia para implantação dos projetos de desenvolvimento sustentável - PDS**. Brasília/DF: MDA, 2000.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L. S. Dimensões da questão agrária: um olhar a partir dos assentamentos rurais. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 125-134, 2007.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

- MINAYO-GOMEZ, C. ; MINAYO, M. C. de S. Enfoque ecossistêmico de saúde: uma estratégia transdisciplinar . **InterfacEHS**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.
- MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. London: Sage, 1987. 80 p.
- NASCIMENTO, H. M. Pioneiros da ecologia política agrária contemporânea. **Ambiente & sociedade**, v. 12, p. 257-272, jul-dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000200004&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai 2012
- NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2010**. FELICIANO, C. A. (Coord.). Presidente Prudente/SP, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf . Acesso em: 10 nov. 2011.
- OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OPAS/OMS- Divisão de Saúde e Ambiente - Representação no Brasil. **Atenção Primária Ambiental**. Brasília: OPAS-OMS, 1999.
- PAULA, E. A. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Ed.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.233-279.
- PETTAN, K. B. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. 393 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- PINTO, H. S.; ASSAD, E. D. **Aquecimento Global e Cenários Futuros da Agricultura Brasileira**. Campinas: Embrapa / Unicamp, 2008.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

- RIBEIRO, H. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 70-80, 2004.
- ROCHA, H. F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos da região centro-sul**. Presidente Prudente/SP: NERA, 2008. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_herivelto.pdf >. Acesso em: 19 abr. 2010.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H. et al.(Org). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec/Unesp /Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
- _____. "Prefácio". In: ROMEIRO, A. R. *et al.* **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- SAUVÉ, L. Environmental Education and Sustainable Development: a further appraisal. **Canadian Journal of Environmental Education**, Thunder Bay/ON, v. 1, n. 1, p. 7-34, 1996. Disponível em: < <http://jee.lakeheadu.ca/index.php/cjee/article/view/490/380> >. Acesso em: 10 set. 2007.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&nrm=iso >. Acesso em: 04 out. 2010.
- SCMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1990.
- SILVA, R. P.; ARRAES, N. A. M.; VILELA FILHO, L. R. **O processo de licenciamento ambiental em assentamentos rurais no estado de São Paulo**. In BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M., et al. (Orgs.) **IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. Campinas. **Anais...** Campinas: FEAGRI/UNICAMP 2009. 1 CD-ROM.
- SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologias da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988
- TULCHINSKY, T. H. ; VARAVIKOVA, E. A. **The New Public Health: An Introduction for the 21St Century**. San Diego: Academic Press, 2000. 882 p.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Agenda 21 - Rio Declaration**. Rio de Janeiro: United Nations, 1992. Disponível em: < <http://www.un-documents.net/agenda21.htm> >. Acesso em: 15 mai. 2009.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **In defence of the earth: the basic texts on environment Founex, Stockolm, Cococoyoc**. Nairobi: UNEP 1981. (UNEP Executive series, 1).
- VASSALO, M. A. Las estrategias de desarrollo rural en América Latina y la búsqueda de los nuevos paradigmas. In: SOBER, Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1993. Ilhéus (BA). p.161-177.
- VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- _____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.
- VIEZZER, M. L.; OVALLES, O., (Orgs.). **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia. 1994.
- WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330
- WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2002.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZIONI, F.; WESTPHAL, M. F. O enfoque dos determinantes sociais de saúde sob o ponto de vista da teoria social. **Saúde e Sociedade**, v. 16, p. 26-34, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000300004&nrm=iso >. Acesso em: 23 mar. 2008.